



REQUERIMENTO Nº DE 2025
(Do Sr. Felipe Carreras)

Requer a realização de audiência pública para debater o patrocínio esportivo do Banco do Brasil no surfe, a publicidade institucional referente ao tema e os impactos sobre o Sistema Nacional do Esporte.

Senhora Presidente,

Com fundamento no art. 24, III, combinado com o art. 32, XXII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão do Esporte, para debater o patrocínio do Banco do Brasil à empresa norte-americana *World Surf League* para realização de eventos de surf no país, as campanhas publicitárias em que o Banco se apresenta como “parceiro oficial do surfe brasileiro” e os efeitos da comunicação institucional sobre o Sistema Nacional do Esporte.

São convidados:

1. Representante do Ministério da Fazenda
2. Representante do Ministério do Esporte
3. Representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM)
4. Representante do Banco do Brasil





5. Representante da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) – Ministério da Justiça
6. Representante do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR)
7. Representante do Comitê Olímpico do Brasil (COB)
8. Representante da Confederação Brasileira de Surf (CBSurf)

Justificativa

A necessidade da audiência decorre de fatos recentemente divulgados pela imprensa nacional, especialmente a matéria publicada no jornal O Globo em 27 de novembro de 2025¹, que revelou que o Banco do Brasil, apesar de se apresentar publicamente como parceiro oficial do surfe brasileiro, patrocina exclusivamente eventos da entidade *World Surf League*, empresa privada estrangeira responsável por etapas da divisão classificatória do circuito mundial, que incluem participação de atletas estrangeiros e não integram o sistema nacional da modalidade.

O Campeonato Brasileiro de Surf, organizado pela Confederação Brasileira de Surf, única entidade oficialmente reconhecida pelo Comitê Olímpico do Brasil, pela *International Surfing Association* e pela *Panamerican Surfing Association*, não recebe qualquer apoio financeiro do Banco do Brasil. Tal situação tem causado confusão no público consumidor do esporte, gerado questionamentos de ordem institucional e preocupações legítimas da comunidade do surfe e da entidade nacional responsável pelo desenvolvimento do surfe no país, que destaca prejuízos materiais, reputacionais e esportivos decorrentes da apropriação indevida de prestígio e da criação de potencial conflito com o circuito oficial da modalidade.

¹ <https://oglobo.globo.com/blogs/diogo-dantas/coluna/2025/11/falta-de-apoio-do-banco-do-brasil-a-campeonato-brasileiro-de-surfe-gera-incomodo-em-confederacao.ghtml>





Também há indícios de possível publicidade potencialmente enganosa, em razão do uso das expressões “parceiro oficial do surfe brasileiro” e “maior campeonato de surfe da América Latina”, que podem induzir o consumidor e o público esportivo a erro quanto à natureza do patrocínio, à legitimidade institucional da parceria anunciada e ao papel das entidades oficialmente responsáveis pelo esporte, temas que envolvem diretamente a SENACON, o CONAR e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Adicionalmente, o debate possui relevância esportiva e olímpica, uma vez que a CBSurf é responsável pelo caminho esportivo dos atletas brasileiros até o Pan-Americano e os Jogos Olímpicos, administrando bolsas, programas de base, seleções nacionais e classificatórias oficiais reconhecidas internacionalmente, o que torna ainda mais relevante a participação do COB na discussão.

Diante desse cenário, solicita-se a realização da referida audiência pública.

Brasília, 04 de Dezembro de 2025.

FELIPE CARRERAS
PSB/PE

